

O Anuário Estatístico do Brasil e as informações sobre educação e saúde

Raquel Dezidério Souto¹

raquel.deziderio@gmail.com

raquel.deziderio@ufrj.br

Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais (ENCE/IBGE)

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG/UFRJ)

Resumo:

O presente artigo é fruto das atividades de participação da autora no projeto de pesquisa intitulado “A produção das estatísticas brasileiras na confluência de esforços em torno do Convênio Inter-administrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas (1907-1945)”, coordenado pelo Prof. Dr. Nelson de Castro Senra e aprovado pelo Edital Universal do CNPq de 2011. No texto que segue, são apresentados um breve histórico sobre as mudanças na produção das estatísticas brasileiras, seguido das mudanças na estrutura geral do Anuário Estatístico do Brasil (AEB) e culminando nas principais mudanças nas informações públicas sobre educação e saúde fornecidas nessa publicação. Para tanto, foram observados exemplares do AEB, desde o primeiro volume, que cobriu o período de 1908-1912 e referenciado como “Ano I”, até o volume 70, referente ao ano de 2010. A partir da divulgação dos resultados, espera-se contribuir para o entendimento das mudanças na produção das estatísticas públicas de educação e saúde no país.

Palavras-chave: Anuário Estatístico do Brasil, estatísticas públicas, educação, saúde.

¹Bolsista de Doutorado Pleno do CNPq.

The Statistical Yearbook of Brazil and information on education and health

Abstract:

This article is the result of the author's activities in the research project entitled "The Brazilian statistical production at the confluence of efforts around the Inter-administrative Convention on Educational and Related Statistics (1907-1945)", coordinated by Dr. Nelson de Castro Senra and approved by the CNPq Universal Proclamation of 2011. In the following text, we present a brief history of the changes in the production of Brazilian statistics, followed by changes in the overall structure of the Statistical Yearbook of Brazil (SYB) and culminating in major changes in education and health public information provided by this publication. We examined the SYB from the first volume, which covered the period between 1908-1912 and is referenced as "Volume I", to the volume 70, which comprised the 2010 year. With the publication of these results, we hope to contribute to a better understanding of the changes occurred in the production of public statistics on education and health in Brazil.

keywords: Statistical Yearbook of Brazil, public statistics, education, health.

A partir de 1916, salvo interrupções, vem sendo publicado sistematicamente no Brasil um anuário estatístico nacional que congrega estatísticas em diversos temas. A análise destes anuários lança luzes ao que se considerava estratégico em termos de informações estatísticas nacionais em cada tempo, seja em relação ao conteúdo temático, seja em relação à forma de apresentação dos dados. Eventuais reformulações marcantes nos anuários foram realizadas em função de três tipos de mudanças: na estrutura e atribuições do instituto nacional de estatística brasileiro; na seleção de temas de interesse à sociedade, naturalmente mutante com o passar do tempo; e na demanda *ex post*, tendo sido ampliado o interesse pelas estatísticas para além do Estado, no que se refere ao atendimento da satisfação da comunidade científica e da iniciativa privada. Uma vez que a série contempla um período extenso, a análise limita-se a apresentar as principais mudanças estruturais nos anuários, incluindo as alterações no ordenamento do sumário e a inclusão paulatina de outros elementos informativos, como recursos gráficos e definições. Outro corte refere-se ao conteúdo, igualmente abrangente dada a natureza da publicação, tendo sido selecionados os temas educação e saúde. Essa escolha se justifica pela importância desses temas e pelo intuito de colaborar com a pesquisa em curso sobre o “Convênio Inter-administrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas”, assinado em 1931, o qual serviu de fundamento mais tarde para a criação do IBGE. A partir da divulgação da análise, espera-se contribuir para o entendimento dos anuários e mostrar que a produção das estatísticas nacionais é um processo complexo e alinhado com interesses que mudam ao longo do tempo.

As mudanças na produção das estatísticas

Ainda no período anterior à criação do IBGE, observa-se a execução de levantamentos estatísticos nacionais com fins à produção de anuários, podendo ser caracterizado um período inicial, datado a partir de 1871, com a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) e a então realização do Recenseamento Geral da População que resultou na publicação “Recenseamento do Brasil” (1872). Contudo, logo após essa realização, a DGE perdeu fôlego, uma vez que havia dificuldade em encontrar pessoal qualificado para realizar tais levantamentos em território nacional. A DGE somente teve seu vigor renovado quando da posse de José Luiz Saião de Bulhões Carvalho na DGE, que tinha como objetivos claros a revitalização da DGE e o restabelecimento de sua natureza coordenadora. Por meio do Decreto nº 6.628/1907, Bulhões Carvalho regulamenta a atribuição da competência da DGE em realizar todos os levantamentos estatísticos, à exceção daqueles realizados por repartições especiais existentes. Outro fato a ser destacado foi a criação por ele do Conselho Superior de Estatística, cuja função foi de coordenar e formatar os trabalhos realizados pelas referidas repartições. Esse conselho criado assumiu a forma de um órgão centralizador e coordenador mesmo antes da criação do Instituto Nacional de Estatística (FIBGE, 1991). Nessa via, foi produzido pela DGE o primeiro anuário estatístico nacional, denominado por “Anuário Estatístico do Brasil”, abrangendo o período de 1908 a 1912 (denominado como “1º Ano”) e composto por três volumes, a saber: “Território e População”, publicado em 1916; “Economia e Finanças”, publicado em 1917; e “Cultos, Assistência, Repressão e Instrução”, publicado em 1927. O lapso temporal de dez anos entre o segundo e o terceiro volumes do primeiro anuário deveu-se à tarefa de elaboração do recenseamento de 1920 (DGE, 1927).

Nos anos de 1936 (“Ano II”) e 1937 (“Ano III”), o “Anuário Estatístico do Brasil” (AEB) foi produzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), instituído este pelo Decreto nº 24.609 de 6 de julho de 1934. O referido Decreto regulamentou ainda as disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos no Brasil, podendo ser considerado em parte como resultante dos esforços empreendidos por Mario Augusto Teixeira de Freitas, dos quais ressaltam-se a produção de 33 teses preparatórias para a 1ª Conferência Nacional de Estatística (a ser realizada em 1930, porém cancelada devido à Revolução de 1930) e o estabelecimento, enquanto Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), de acordos de cooperação entre os Serviços de Estatísticas em diferentes esferas da União, mediados pela assinatura dos Convênios de Estatísticas Educacionais e Conexas em 1931 (FIBGE, 1991). O INE conservava o caráter centralizador e coordenador do Conselho Superior de Estatística, tendo sido concebido como uma entidade de natureza federativa com a finalidade de, por meio de uma série de articulações e cooperações com as ordens administrativas da organização política da República e com a iniciativa privada, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, o levantamento sistemático das estatísticas nacionais. O INE tinha ainda como atribuição promover a organização e divulgação anual de todos os indicadores e prontuários nacionais, bem como outros tipos de documentação (trabalhos gráficos, memórias, álbuns etc.), a fim de completar a finalidade informativa e sistematizadora dos trabalhos propriamente estatísticos. Duas classes de entidades compunham o INE: as “Repartições Centrais” e as “Instituições Filiadas”. Dentre as Repartições Centrais, especificamente a Diretoria de Estatística Geral (DEG), subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tinha como funções a elaboração das estatísticas populacionais, morais, administrativas e políticas, além da coordenação da estatística geral da República (BRASIL, 1934). Dessa última função, atrelou-se à DEG a incumbência da elaboração do AEB. As normas para a coleta estatística foram definidas no Art.13 do Decreto 24.609/1934:

Art. 13. A coleta estatística de caráter regional ou local obedecerá às seguintes normas gerais:

I- será realizada, tanto quanto possível, pela ação pessoal de mandatários ou funcionários do Instituto, visando o controle direto e imediato dos dados constantes dos formulários preenchidos, e só subsidiariamente, em caso de força maior, por qualquer meio de correspondência.

II- será centralizada, conforme a natureza de cada estatística e as suas exigências técnicas, parte na delegacia estadual ou territorial do Instituto ou na repartição regional de estatística geral a ele filiada, parte diretamente nos órgãos do Instituto de Jurisdição nacional;

III- terá a colaboração, que se considerará, estritamente obrigatória, sempre que for solicitada, dos diversos órgãos da administração pública, nos seus diferentes ramos e graus.

As bases de regulação do Conselho Nacional de Estatística foram consolidadas pela Convenção Nacional de Estatística, firmada entre o Governo Federal e os Governos das Unidades da Federação, aprovada e ratificada pelo Decreto nº 1.022 de 11 de agosto de 1936 (BRASIL, 1936). A convenção constituiu-se em um instrumento inter-administrativo, segundo o qual cada entidade integrante do sistema, sob a coordenação do INE, responsabilizava-se administrativamente por suas unidades componentes (FIBGE, 1991). Cabe notar que a partir de 1936, o AEB contou com a padronização do levantamento estatístico, já que inquéritos eram enviados aos estados. O que antes era feito paralelamente, passou a ser uniformizado e centralizado. Por meio do Decreto 1.022/1936, ficou também estabelecida a nova composição do INE, formado por duas ordens de entidades: as

“Organizações Federais” e “Organizações Regionais”. Tais ordens de entidades assemelham-se àquelas estabelecidas no Decreto 24.609/1934, apenas mudando-se a sua denominação. O Decreto nº 1.200 de 17 de novembro de 1936 regulou a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística e o Decreto nº 1.527 de 24 de março de 1937 instituiu o Conselho Brasileiro de Geografia e o incorporou ao INE. O Conselho Nacional de Estatística tinha como atribuições orientar e dirigir as atividades superiores do INE. Já o Conselho Brasileiro de Geografia tinha como funções, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, reunir e coordenar os estudos sobre a Geografia do Brasil, além de promover articulação entre diversas esferas governamentais e incluindo a iniciativa privada, culminando com a sistematização do território brasileiro (BRASIL, 1937). O Decreto Lei nº 218 de 26 de janeiro de 1938 mudou o nome do INE para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e unificou o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia em um órgão denominado por “Conselho Nacional” (BRASIL, 1938).

A partir de 1938 (“Ano IV”), o AEB passou a ser produzido pelo IBGE. Esse anuário distinguiu-se dos anteriores por também apresentar estatísticas em nível regional, em quadros de comparação dos dados regionais com os dados do Brasil (IBGE, 1939), resultado do esforço de inclusão dos departamentos regionais no levantamento estatístico (FIBGE, 1991). Ainda que em 1936, o INE tivesse oferecido às Unidades Políticas da República 22 separatas com dados regionais (as “Sinopses Estatísticas”), a fim de que fossem impressas pelos governos regionais e divulgadas junto com o anuário daquele ano, tais dados não constavam do AEB em si (INE, 1937); e no AEB de 1937, os dados regionais dispunham-se em suplementos. Cabe destacar que, de modo geral, entre 1936 e 1938, houve um incremento no AEB, em número de tabelas e de temas contemplados (IBGE, 1939), provavelmente resultante do contínuo aperfeiçoamento da atividade de coordenação estatística e da melhoria das condições de trabalho do INE promovidas com o apoio de Getúlio Vargas (INE, 1938). A primeira ordenação estatística foi estabelecida no Brasil por meio da Resolução 7 da Primeira Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, realizada em julho de 1936. Esse esquema fundamental foi incluído no AEB de 1936, sob a denominação “Ordenação Geral dos Assuntos da Estatística Brasileira” e contava com duas seções principais, uma de caracterização físico-demográfica e outra sociográfica (Quadro 1).

O ritmo contínuo de publicação dos anuários foi então interrompido em dois momentos. O AEB referente ao ano de 1939 não foi publicado, dada a ausência da campanha de levantamento de dados naquele ano, já que o IBGE estava comprometido com a preparação do Recenseamento Geral de 1940 e com a edição do anuário de 1938. Os dados foram compilados no AEB 1939-1940. Outra interrupção ocorreu no período de 1941 a 1945, quando o governo brasileiro optou por não fazer divulgação estatística devido à Segunda Guerra, a fim de preservar a Segurança Nacional. O volume do AEB 1941-1945 sofreu redução substancial, tendo sido excluídas as tabelas cadastrais e omitidos os totais regionais, estes exclusivos nas seções de caracterização física e demográfica (IBGE, 1946). Após 1945, deu-se prosseguimento à sua publicação sistemática, salvo outra interrupção em 1987, provavelmente devido ao processo de reformulação pelo qual passava a atividade estatística, numa nova fase em que se buscava maior adequação das pesquisas do IBGE às necessidades da sociedade, traduzindo-se em maior aproximação aos setores acadêmico e privado.

Quadro 1 – “Ordenação Geral dos Assuntos da Estatística Brasileira”**A – Caracterização físico-demográfica**

I – Situação física

- A – Âmbito geográfico
 - Posição limites e extensão do território
- B – Ambiente geomórfico
 - Geologia e Orografia
 - Hidrografia
- C – Ambiente climatérico
 - Meteorologia e climatologia
- D – Riquezas naturais
 - Prospecção mineralógica
 - Revestimento florístico
 - Fauna

II – Situação demográfica

- A – Demografia estática
 - a) Aspecto absoluto (recenseamento)
 - Efetivos demográficos
 - b) Aspecto relativo (densidade)
 - Densidade demográfica
 - c) Aspecto específico (composição)
 - Grupos demográficos
- B – Demografia dinâmica
 - a) Cômputos diretos
 - Aspecto intrínseco
 - Nascimentos(nascidos vivos e nascidos mortos)
 - Casamentos
 - Óbitos
 - Aspecto extrínseco
 - Imigração
 - Emigração
 - Migrações internas
 - Naturalizações
 - b) Cômputos indiretos
 - Aspecto bionômico
 - Mortalidade e sobrevivência
 - Aspecto biométrico
 - Vida média e vida provável

B – Caracterização sociográfica

III – Situação econômica

A – Produção

- Produção extrativa (mineral, vegetal e animal)
- Produção agrícola
- Produção da indústria de transformação
- Produção industrial propriamente dita

B – Circulação

- Meios de transporte (terrestres, marítimos, de navegação interna e aéreos)
- Vias de comunicação (correios, telégrafos e telefones)
- Propriedade imobiliária
- Propriedade industrial
- Propriedade intelectual (científica, literária e artística)

- Moeda metálica e fiduciária
- Títulos mobiliários
- Bancos e estabelecimentos de crédito

C – Distribuição e consumo

- Distribuição da riqueza (salários, interesses, rendimentos, lucros, impostos e benefícios)
- Consumo (alimentos, vestuário, habitação etc; serviços de natureza intelectual e moral; sinistros e acidentes)

IV – Situação social

A – Bem-estar físico-social

a) Melhoramento e embelezamento urbanos

- Logradouros públicos (vias públicas, praças, parques, bosques, hortos, jardins, cemitérios etc)
- Pavimentação
- Arborização e ajardinamento
- Iluminação
- Abastecimento de água
- Esgotos sanitários
- Limpeza pública
- Balneários, piscinas, lagos artificiais, canais, estadiuns e outros melhoramentos urbanos

b) Assistência médica sanitária

- Coletiva

- Serviços preventivos de saúde pública
- Campanhas sanitárias

- Individual

- Assistência médica hospitalar
- Assistência médica em ambulatórios

c) Aspecto específico (composição)

- Grupos demográficos

B – Bem-estar econômico-social

a) Beneficência

- Assistência a desvalidos (vestuário, habitação, alimentação e educação)

b) Cooperação social

- Previdência e assistência social (seguros, capitalização, caixas econômicas etc)
- Cooperativismo
- Organização do trabalho

V – Situação cultural

A – Vida intelectual

- Ensino e educação
- Bibliotecas
- Museus
- Monumentos históricos e artísticos
- Belas Artes
- Teatros e outras casas de diversão
- Associações culturais (científicas, literárias, artísticas, educativas, cívicas, recreativas e desportivas)
- Institutos científicos
- Arquivos públicos
- Imprensa periódica
- Rádio-difusão
- Aspectos culturais da indústria bibliográfica, fonográfica e cinematográfica

B – Vida Normal

- a) Aspectos positivos ou normais
 - Movimento humanitário
 - Catequese indígena
 - Organizações e campanhas pela elevação física, intelectual e moral da raça
 - Organizações e campanhas de reforma social
 - Organizações e campanhas para o desenvolvimento do espírito cívico
 - Movimento espiritual
 - Organização religiosa
 - Corporações religiosas
 - Edifícios, monumentos e objetos de arte consagrados ao culto
 - Missões religiosas
 - Grandes comemorações, festividades e movimentos religiosos
 - Atos religiosos

- b) Aspectos negativos ou patológicos
 - Crimes e contravenções
 - Jogo
 - Prostituição
 - Natalidade ilegítima
 - Desquites
 - Suicídios

VI – Situação administrativa e política

A – Aspectos administrativos

- a) Gestão pública
 - Administração
 - Finanças públicas
- b) Ordem e defesa públicas
 - Segurança pública
 - Repressão
 - Justiça
 - Defesa nacional

B – Aspectos políticos

- Organização política
- Representação política

Fonte: INE (1937).

O Decreto-lei nº 161 de 13 de fevereiro de 1967 transformou o IBGE em Fundação (doravante denominado no texto apenas como IBGE) e instituiu o Plano Nacional de Estatística (PNE) e o Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre. O Plano Nacional de Estatísticas Básicas (PNEB), um componente do PNE, coube prioritariamente ao IBGE e congregava informações estatísticas destinadas ao planejamento econômico e social do país e à segurança nacional (BRASIL, 1967). O Decreto nº 63.010 de 18 de julho de 1968 aprovou o PNEB e previu que o levantamento de estatísticas primárias (provenientes de registros e apurações diretas) e derivadas (cuja elaboração tem base nas estatísticas primárias) seguiria dois critérios – a comparabilidade histórica e a comparabilidade internacional (referente às estatísticas de mão-de-obra e de ocupação). Além disso, estabeleceu a amplitude mínima estadual no levantamento, de modo a subsidiar o planejamento em níveis regional e local. O esquema completo do PNEB pode ser visto no D.O.U. de 25/07/1968 (seção 1,

página 6353) e na Revista Brasileira de Estatística (v.29, n.115). As estatísticas primárias são organizadas nas categorias: “Situação demográfica”, “Situação econômica”, “Situação social”, “Situação cultural” e “Situação administrativa e política”. As estatísticas secundárias (taxas, índices e balanços) são contabilizadas apenas para as categorias “Situação demográfica” e “Situação econômica”. O PNEB estabeleceu também a periodicidade e o âmbito geográfico da pesquisa de cada tema incluído.

A Lei nº 5.878 de 11 de maio de 1973 reviu o regimento do IBGE e ampliou seu objetivo: “assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional” (BRASIL, 1973). O Decreto nº 74.084 de 20 de maio de 1974 aprovou o novo plano de ordenamento estatístico, o “Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas” (PGIEG), de responsabilidade do IBGE, com a ressalva de que a produção de tais informações poderia ser delegada pela Fundação a outras entidades, públicas e privadas, mediante acordos, convênios e contratos, desde que assegurada a observância das normas técnicas exigidas. O PGIEG pode ser visto no D.O.U. de 21/05/1974 ou no AEB de 1976 (na seção sobre legislação); traz um elenco de tópicos de informações a serem levantadas, organizando-as em “levantamentos primários” (apurações de registros administrativos ou levantamentos diretos), “levantamentos secundários” (resultantes de elaboração com base nos levantamentos primários), “levantamentos cartográficos” (levantamentos geodésicos, mapeamentos e escalas topográficas, mapas gerais e mapeamentos temáticos) e “estudos e pesquisas geográficas” - de recursos naturais, do meio ambiente (inclusive poluição) e demográficas. As duas primeiras categorias, referentes aos levantamentos primários e secundários, seguem o ordenamento das informações em subcategorias que são idênticas àquelas do esquema de 1936 (situação física, ...) (BRASIL, 1974a).

A Lei nº 6.183 de 11 de dezembro de 1974 dispôs sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais e determinou que o Sistema Estatístico Nacional é integrado por todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, de âmbito federal, estadual ou municipal, e entidades de natureza privada, que exercem atividades estatísticas com o objetivo de possibilitar o conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional. A partir de então, o IBGE passaria a fornecer instruções e normas operacionais a essas entidades a fim de que houvesse uniformidade na metodologia de levantamento dos dados, salvaguardando-se a sua comparabilidade (BRASIL, 1974b).

A partir da realização da III Conferência Nacional de Estatística, em 1989, estudos foram realizados para reformulação do AEB em um prazo de dois anos. As mudanças levaram em conta a lógica do PGIEG de 1974 e foram efetivadas a partir de julho de 1990, sendo visíveis a partir do AEB de 1991. Além das mudanças na publicação em si, ressaltam-se as mudanças no processo de tratamento dos dados (com maior incorporação da informática) e maior aproximação com o usuário, buscando-se a satisfação das necessidades da comunidade acadêmica e da iniciativa privada.

As mudanças na estrutura do AEB

O primeiro AEB (1908-1912) apresentava um índice em português com tradução para o francês (o mesmo ocorrendo em títulos de gráficos, tabelas, legendas etc.) e os assuntos são divididos em seções

não hierarquizadas. No volume I, há seções sobre aspectos físicos (“aspectos do céu”, “território”, “clima”), divisão política e estatística eleitoral, divisão judiciária e administrativa, administração federal, núcleos coloniais e naturalizações, justiça civil e criminal, divisão policial e força policial militar, defesa nacional, população, registro civil e movimento migratório. No volume II, há seções sobre: indústria do gado, meios de transporte, vias de comunicação, comércio exterior, comércio interior, propriedade imobiliária, instituições de crédito e previdência, movimento monetário e de fundos públicos e finanças públicas. No volume III, sobre: cultos, assistência, repressão, instrução, ensino civil no Distrito Federal, ensino militar no Distrito Federal, despesas com ensino no Distrito Federal, ensino civil no Brasil.

No AEB de 1936 a 1976, o esquema fundamental de 1936 mostra-se no índice das publicações, que inclui seis seções principais: “Situação física”, “Situação demográfica”, “Situação econômica”, “Situação social”, “Situação cultural” e “Situação administrativa e política”, nas quais foram organizados os temas. Outro aspecto notável, diz respeito à maior agregação de dados em uma mesma tabela, o que não ocorria no primeiro AEB, sendo seu índice mais extenso do que os subsequentes.

A partir do AEB de 1977, há uma mudança na estrutura do anuário, sendo o sumário constituído por sete seções principais - “Caracterização do território”, “População”, “Recursos Econômicos”, “Serviços, comércio, transportes e comunicações”, “Preços, rendimentos e consumo”, “Finanças, mercado monetário e financeiro” e “Contabilidade Social”. De acordo com a apresentação do AEB de 1977, essa mudança estrutural visou a uma maior adequação da publicação às necessidades de informação da época (FIBGE, 1978). Claramente vê-se uma valorização da dimensão econômica, se comparado com a estrutura adotada em 1936. Já a partir do AEB de 1987-1988, houve uma ligeira mudança no índice, suprimindo-se o capítulo sobre contabilidade social, que passou a ser parte da seção “Contabilidade Social, finanças públicas, mercado monetário e financeiro”; e retirando-se a parte de rendimentos e consumo da seção de “Preços” (no AEB de 1986 já se apresentava apenas como “Preços e rendimentos”), que passou a exibir apenas as séries históricas de índices de preços. Manteve-se, assim a importância no levantamento de dados econômicos, como visto a partir de 1977. Em 1990 houve outra pequena alteração, quando a seção “Contabilidade social, finanças públicas, mercado monetário e financeiro” passou a “Contas nacionais, finanças públicas, mercado monetário e financeiro”. Somente a partir de 1991, há uma mudança maior na denominação das seções do anuário, sendo definidas para este ano: “Caracterização do território”, “Características Demográficas e sócio-econômicas da população”, “Aspectos das atividades agropecuária, extração vegetal e pesca”, “Aspectos da atividade indústria”, “Aspectos da atividade serviços”, “Preços” e “Agregados macroeconômicos”. Vale dizer que os dados referentes à dimensão econômica continuaram como sendo o carro-chefe da publicação. A apresentação do AEB de 1991 justifica as mudanças com base no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas e que essa nova arrumação conferia maior lógica na apresentação dos resultados (FIBGE, 1992). No AEB de 1992, houve uma pequena modificação, passando a seção “Preços” a se denominar “Índices, Preços, Custos e Salários”. E, desde então, o anuário manteve o mesmo índice, apenas com a diferença de incorporar cada vez mais os resultados de pesquisas amostrais que o IBGE realiza em variados temas. No Quadro 2 são apresentadas as principais seções dos anuários cujos índices sofreram maiores alterações.

Quadro 2 – Principais seções dos AEB de 1936, 1977 e 1991

AEB de 1936	AEB de 1977	AEB de 1991
<ul style="list-style-type: none"> - Situação física - Situação demográfica - Situação econômica - Situação Social - Situação Cultural - Situação administrativa e política 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização do território - População - Recursos econômicos - Serviços, comércio, transportes e comunicações - Preços, rendimentos e consumo - Finanças, mercado monetário e financeiro - Contabilidade social 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização do território - Características demográficas e sócio-econômicas da população - Aspectos das atividades agropecuária, extração vegetal e pesca - Aspectos da atividade indústria - Aspectos da atividade serviços - Preços - Agregados macroeconômicos

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos recursos informativos adicionais (aqueles que diferem das tabelas e quadros), pode-se afirmar que foram incorporados paulatinamente no decorrer dos anos e a depender das necessidades do usuário. O AEB referente ao Ano I (1908-1912) trazia alguns gráficos. Segue-se então um período sem a presença desses elementos, provavelmente devido à dificuldade em sistematizar o levantamento estatístico, o que não permitia maiores elaborações. A partir do AEB de 1960, são incluídos cartogramas e gráficos em maior número, fruto do início de um período de intenções voltadas ao planejamento (FIBGE, 1991). Apenas a partir do AEB de 1978, começam a figurar textos de apresentação de seções e capítulos, com explicações de principais conceitos e definições, menção às fontes de dados e outras características dos levantamentos estatísticos, além de esclarecimentos sobre a metodologia adotada em pesquisas censitárias e contínuas e na elaboração de indicadores econômicos e de projeções demográficas, tudo com o objetivo de facilitar a leitura das tabelas pelo usuário (FIBGE, 1979). Já que a produção das estatísticas brasileiras já era um processo consolidado, buscava-se maior aproximação entre o IBGE e o usuário (FIBGE, 1991).

As mudanças nas informações de educação e saúde no AEB

Nessa seção, procura-se apresentar as mudanças na cobertura de temas em Educação e Saúde no AEB, com especial interesse no período que envolve os anuários de 1908-1912 até 1941-1945, mas incluindo-se também a observação de alguns volumes marcados por alterações relevantes, seja na estrutura geral do anuário, seja na cobertura desses temas.

AEB de 1908-1912

O terceiro volume do AEB 1908-1912, publicado em 1927, contempla as informações sobre saúde em uma seção denominada "Assistência" e aquelas sobre educação em outra, denominada "Instrução" (Quadro 3).

Em "Assistência", podem ser encontrados dados referentes aos 17 estados e o Distrito Federal sobre: a) Aparelhos de saúde (hospitais, asilos, casas de saúde, enfermarias e colônias agrícolas onde se tratavam alienados); b) Classificação de doentes atendidos nestes aparelhos, segundo o diagnóstico; e c) Pessoal que trabalhava nesses aparelhos.

Em “Instrução”, podem ser encontrados registros sobre: a) Aparelhos de cultura – Sociedades científicas, literárias e artísticas; Imprensa (periódicos publicados no Brasil); Belas Artes; Museus; Bibliotecas; b) Ensino civil no Distrito Federal – resultados para 25 distritos municipais existentes à época no Distrito Federal acerca do ensino superior (jurídico, médico-cirúrgico e farmacêutico, politécnico); ensino profissional; ensino secundário (particular e públicos federal e municipal); e ensino primário (particular e público municipal); c) Ensino militar no Distrito Federal – Ensino regimental do exército, Ensino profissional e primário de aprendizes de marinheiro; d) Despesas com o ensino no Distrito Federal – despesa pública e particular; e) Ensino civil no Brasil – Ensino superior (filosófico e literário, jurídico, médico-cirúrgico e farmacêutico, politécnico); Ensino profissional; Ensino secundário (públicos federal, estadual e municipal);

Com relação ao ensino, são apresentados dados sobre número de escolas, número de matrículas e de conclusão de curso e número de pessoal docente. Convém destacar que são apenas oito os estados incluídos nas tabelas de ensino superior: Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal. Já nas tabelas de ensino secundário, o número de estados contemplados sobe para 20. Informações sobre o ensino profissional têm abrangência geográfica diversa, dependendo da natureza do ensino. Sobre o ensino secundário público municipal, há apenas dados agregados para o Pará, o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul.

Quadro 3 – Cobertura de temas de Educação e Saúde no AEB de 1908-1912

Temas	Cobertura
Assistência	
a) Aparelhos de saúde b) Classificação de doentes atendidos c) Pessoal que trabalhava nos aparelhos	17 estados e Distrito Federal
Instrução	
a) Aparelhos de cultura (sociedades científicas, literárias e artísticas; Imprensa; Belas Artes; Museus; Bibliotecas)	17 estados e Distrito Federal
b) Ensino Civil no Distrito Federal	25 distritos municipais do Distrito Federal
c) Ensino Militar no Distrito Federal	Distrito Federal
d) Despesas com ensino no Distrito Federal	Distrito Federal
e) Ensino Civil no Brasil	
Ensino superior	8 estados (Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) e Distrito Federal
Ensino secundário	20 estados
Ensino profissional	Abrangência geográfica diversa
Ensino secundário público municipal	Pará, Distrito Federal e Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração própria.

AEB de 1936

No AEB de 1936, as informações sobre saúde estão organizadas na seção “Situação social” (Quadro 4) e referem-se aos resultados para os 20 estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (eventualmente sendo apresentados resultados referentes aos municípios, porém esses são agrupados por estado ou para o território do Acre). Os resultados são acerca de: a) Assistência médico-sanitária – estabelecimentos arrolados; estabelecimentos informantes (segundo especialidade, idade/sexo de enfermos, custos de assistência, capacidade do estabelecimento, principais instalações, efetivos de corpo clínico, efetivos de colaboradores e auxiliares); movimento geral dos enfermos socorridos; movimento geral de enfermos entrados; movimento dos principais serviços prestados; b) Despesas públicas com a assistência médico-sanitária – despesas da União, estados e municípios com os serviços de saúde; c) Asilos e recolhimentos – Número de instituições segundo a natureza e fins a que se destinam; movimento geral de pessoas internadas.

As informações sobre educação no AEB de 1936 estão organizadas na seção “Situação cultural”, com dados sobre: a) Ensino em geral – resultados para os 20 estados, o Distrito Federal e o Território do Acre acerca de unidades escolares, corpo docente, matrícula geral, frequência e conclusões de curso; b) Ensino primário geral (comum e supletivo) – resultados gerais do Brasil para estabelecimentos escolares, prédios escolares, aparelhamento escolar, instituições escolares, unidades escolares, turnos, classes, pessoal docente, matrícula geral, matrícula efetiva, frequência média, conclusões de curso, aprovações em geral; c) Principais resultados regionais – nas mesmas categorias que do ensino primário geral (item b) e constituindo-se de sínteses para os 20 estados, o Distrito Federal e o Território do Acre; d) Diplomas profissionais – diplomas registrados nas repartições competentes da União; e) Registro de professores – Professores inscritos na Diretoria Nacional de Educação. Cabe esclarecer que as categorias sobre natureza do ensino (pré-primário, fundamental e complementar) e sobre a entidade mantenedora (pública ou privada) passam a ser incluídas nas tabelas e não mais mencionadas no índice do anuário.

Quadro 4 – Cobertura de temas de Educação e Saúde no AEB de 1936

Temas	Cobertura
Situação social	
a) Assistência médico-sanitária	20 estados, Território do Acre e Distrito Federal
b) Despesas públicas com assistência médico-sanitária	
c) Asilos e recolhimentos	
Situação cultural	
a) Ensino em geral	20 estados, Território do Acre e Distrito Federal
b) Ensino primário geral (comum e supletivo)	Brasil
c) Principais resultados regionais (referentes ao ensino primário geral)	20 estados, Território do Acre e Distrito Federal
d) Diplomas profissionais	Brasil; 20 estados, Território do Acre e Distrito Federal
e) Registros de professores	Brasil

Fonte: Elaboração própria.

AEB de 1937

No AEB de 1937, manteve-se a estrutura de organização das informações (Quadro 5), com as seguintes modificações: a) em “Situação Social”, adicionou-se o item “Higiene e Saúde Pública”, sobre o movimento das principais dependências da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-social no Distrito Federal; b) em “Situação Cultural”, na subseção “Ensino em Geral”, “Ensino Primário Geral” e “Principais resultados regionais”, o anuário apresenta uma sinopse preliminar com dados de 1932-1935; a subseção “Diplomas profissionais” tem seu título alterado para “Registros profissionais” e, além das informações sobre diplomas registrados, inclui número de professores inscritos na Diretoria Nacional de Educação; número de profissionais inscritos na seção de fiscalização do exercício profissional, da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social; número de profissionais inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil e nos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura. Além disso, o AEB de 1937 traz uma seção sobre institutos técnico-científicos (Instituto Oswaldo Cruz, Observatório Nacional, Instituto Nacional de Tecnologia e Gabinete de Pesquisas Científicas da Polícia Civil do Distrito Federal).

As tabelas sobre Ensino em geral e Ensino primário geral (comum e supletivo) apresentam dados agregados para o Brasil e para 20 estados, o Distrito Federal e o Território do Acre. As tabelas em Assistência médico-sanitária, Despesas públicas com assistência médico-sanitária e Asilos e recolhimentos apresentam dados para os 20 estados, o Distrito Federal e o Território do Acre.

Cabe destacar que houve melhoria na qualidade dos dados nesse AEB de 1937, uma vez que se promoveu a coerência de resultados, que antes não se alcançava quando o levantamento era realizado em paralelo entre a União e os Estados. Os dados apresentados nesse volume foram obtidos a partir de oito inquéritos enviados aos Estados, sobre o ensino primário geral, além de outros temas: divisão territorial (administrativa e judiciária), a superfície e a população dos municípios, a rede ferroviária, os pequenos veículos terrestres, os carris urbanos e os telefones. Colaboraram os departamentos regionais de estatística (INE, 1938).

Quadro 5 – Cobertura de temas de Educação e Saúde no AEB de 1937

Temas	Cobertura
Situação social	
a) Assistência médico-sanitária	20 estados, Território do Acre e Distrito Federal
b) Despesas públicas com assistência médico-sanitária	
c) Asilos e recolhimentos	
d) Higiene e saúde pública	Distrito Federal
Situação cultural	
a) Ensino em geral	Brasil; 20 estados, Território do Acre e Distrito Federal
b) Ensino primário geral (comum e supletivo)	Brasil; 20 estados, Território do Acre e Distrito Federal
d) Registros profissionais	Brasil; 20 estados, Território do Acre e Distrito Federal

Fonte: Elaboração própria.

AEB de 1938

No AEB de 1938, ampliaram-se as informações sobre serviços oficiais de assistência e saúde pública no Distrito Federal. Além do movimento das principais dependências da Diretoria Nacional de Saúde no Distrito Federal, são apresentadas informações sobre o movimento das principais dependências da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal (movimento da clínica médico-cirúrgica, da clínica dentária, dos socorros urgentes e do Instituto Pasteur).

Sobre educação no AEB de 1938, mantiveram-se as principais categorias de informações. No entanto, há uma diferença na apresentação. Para cada uma das subseções (Ensino em geral e Ensino primário geral), são mostrados a sinopse preliminar (dessa vez, referente ao período de 1932-1936), os resultados para o Brasil, os principais resultados regionais (para o ano do levantamento e, quando possível, com sínteses para o período 1932-1935) e os resultados para os municípios das capitais. Os resultados regionais referem-se aos dados dos 21 estados e o Distrito Federal e são apresentados também os valores agregados para as grandes regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Este, Sul e Centro. A seção sobre registros profissionais permaneceu a mesma.

AEB de 1939-1940

No AEB de 1939, manteve-se a estrutura das informações sobre Assistência médico-sanitária, com a ressalva de que a seção “Asilos e recolhimentos” passou a ser denominada “Assistência a desvalidos” e as tabelas sobre o movimento de assistência a desvalidos no Distrito Federal foram reorganizadas em duas categorias, “Número de instituições de abrigo” e “Menores assistidos pelo Juízo de Menores”. Já as informações sobre Educação mantiveram-se sob a mesma estrutura. Sobre os registros profissionais, acrescentaram-se tabelas sobre diplomas registrados na Divisão de Ensino Comercial do Ministério da Educação e Saúde, sobre os diplomas conferidos na Diretoria de Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura e sobre os diplomas de médicos veterinários registrados no Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura.

AEB de 1941-1945

No AEB de 1941-1945 manteve-se a estrutura sobre Assistência médico-sanitária, com a diferença de que incluiu um capítulo sobre “Alguns serviços especiais em âmbito federal” (Serviço Nacional de Febre Amarela, Serviço Nacional de Lepra, Serviço Nacional de Peste). Sobre a Assistência a desvalidos, apenas incluiu uma tabela sobre movimentos de internados em asilos e recolhimentos existentes no país.

Sobre Educação, o AEB de 1941-1945 manteve a mesma estrutura, com a ressalva de que não apresentou os totais regionais. Sobre os registros profissionais, houve redução da cobertura, assemelhando-se à encontrada no AEB de 1938.

Principais mudanças na cobertura de Saúde nos AEB a partir de 1946

A partir do AEB de 1948, incluem-se dados sobre o Serviço Nacional de Malária; a partir do AEB de 1953, sobre o Serviço Nacional de Tuberculose; a partir do AEB de 1954, sobre o Serviço Nacional de Doenças Mentais. A partir do AEB de 1960, todas as categorias de serviços especiais anteriormente

cobertas – febre amarela, lepra e peste, são agregadas em uma mesma tabela de um capítulo com denominação de “Serviços Oficiais de Saúde Pública”, até o AEB de 1983. A partir de então, tais dados aparecem em tabelas em “Assistência médico-sanitária”.

A partir do AEB de 1960 e até 1983, incluem-se tabelas sobre atividades de saneamento básico e sobre as campanhas de vacinação e campanhas contra algumas doenças, todas no capítulo de “Serviços Oficiais de Saúde Pública”.

A partir do AEB de 1964, muda-se a seção de “Assistência médico-sanitária”, passando a ser denominada por “Saúde”. As informações sobre saneamento básico (abastecimento de água e esgotos sanitários) passam a ser apresentadas em “Serviços públicos”.

A partir do AEB de 1951, incluem-se tabelas sobre a organização hospitalar e para-hospitalar (clínicas, ambulatórios e congêneres).

No AEB de 1966, figuram dados sobre o pessoal de saúde em um capítulo separado. A partir do AEB de 1971 e até 1983, tais dados são incluídos no capítulo sobre “Serviços oficiais de Saúde Pública”.

A partir do AEB de 1977 e até 1983, figuram dados em um capítulo sobre “Grupos de causas de morte e causas de morte”. Outro marco é a adição a partir de 1977 de outro capítulo sobre “Nutrição” (e apenas até o AEB de 1980). A partir do AEB de 1979, incluem-se capítulos sobre “Indicadores de Saúde” e “Indicadores de Nutrição” (este até o AEB de 1980).

A partir do AEB de 1984, há reformulação da seção de “Saúde”, sendo definidos os capítulos: “Assistência médico-sanitária”, “Causas de Morte” e “Indicadores de Saúde”. A partir do AEB de 1985, extingue-se o capítulo sobre “Causas de Morte”.

A partir do AEB de 1987-1988, segunda grande reestruturação do anuário, as informações sobre saúde passam à seção sobre população e resumem-se a um capítulo sobre “Assistência médico-sanitária”. No AEB de 1991, as informações sobre saúde passam à seção “Características Demográficas e Sócio-Econômicas da População”, em um capítulo denominado “Saúde, Previdência e Nutrição” (apenas “Saúde” nos AEB de 1992 a 1997 e “Saúde e Previdência Social”, nos AEB de 1997 a 2010).

Principais mudanças na cobertura de Educação nos AEB a partir de 1946

A partir do AEB de 1946 e até 1964, incluem-se dados sobre o ensino primário fundamental comum. No AEB de 1965, essa categoria passa a ensino primário comum e são apresentados resultados do Censo Escolar de 1964. As demais categorias são o ensino médio (antes denominado “ensino extra-primário”) e o ensino superior. Essa categorização perdura até o AEB de 1973, uma vez que o AEB de 1974 passa a incluir a categoria ensino pré-escolar. A partir do AEB de 1975, incluem-se dados sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização (e até o AEB de 1985) e as categorias de ensino passam a ser denominadas por graus (1º, 2º, 3º e 4º), mantendo-se os dados sobre o ensino pré-escolar.

Outras peculiaridades de nomenclatura e de cobertura podem ser citadas. No AEB de 1953, incluem-se dados sobre ensino secundário e superior, por Unidades da Federação. Excepcionalmente nos AEB

de 1954 e 1955, incluem-se dados de ensino nas categorias: primário, secundário, comercial, normal, industrial e superior. E apenas no AEB de 1955, apresentam-se dados também numa categoria de ensino agrícola. Nos AEB de 1953 e 1954, incluem-se dados sobre pessoas de 5 anos ou mais presentes segundo a instrução. Essa categoria passa a coorte de 10 anos ou mais a partir do AEB de 1955 e está presente até o AEB de 1958. A partir do AEB de 1953 e até 1958, incluem-se dados sobre pessoas de 10 anos ou mais que possuem curso completo segundo o grau do ensino.

A partir do AEB de 1977 (primeiro ano de maior reformulação do anuário), a seção de ensino passa a ser denominada por “Ensino e cultura” e inclui quatro capítulos: “População Escolarizável – Evasão Escolar”; “Ensino”; “Registro de diplomas”; e “Cultura”. A partir do AEB de 1979, o capítulo sobre “População Escolarizável (...)” passa a “Características de Instrução da População”, mantém-se os demais três capítulos e soma-se outro capítulo sobre “Indicadores de Ensino”.

Outra grande reformulação ocorreu no anuário de 1987-1988, situando-se os dados de educação na seção de População, em uma categoria denominada “Ensino e Cultura”. Mantiveram-se os capítulos no anuário precedente, porém perdeu-se o capítulo sobre “Indicadores de Educação”. No AEB de 1991, as informações sobre educação situam-se na seção “Características Demográficas e Sócio-Econômicas da População”, em um capítulo denominado “Educação”. Outras mudanças significativas dizem respeito à inserção de coortes a partir do AEB de 1994 e de taxas de analfabetismo, a partir do AEB de 1995.

BRASIL. Decreto nº 24.609 de 6 de Julho de 1934. Cria Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. **Diário Oficial da União**, 6 julho de 1934.

_____. Decreto nº 1.022 de 11 de agosto de 1936. Aprova e ratifica a Convenção Nacional de Estatística. **Diário Oficial da União**, 11 agosto de 1936.

_____. Decreto nº 1.527 de 24 de março de 1937. Institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24 março de 1937.

_____. Decreto Lei nº 218 de 26 de janeiro de 1938. Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia. **Diário Oficial da União**, 26 janeiro de 1938.

_____. Lei nº 5.878 de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 11 maio de 1973.

_____. Decreto nº 74.084 de 20 de maio de 1974. Aprova o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 20 maio de 1974a.

_____. Lei nº 6.183 de 11 de dezembro de 1974. Dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 11 dezembro de 1974b.

DGE (Diretoria Geral de Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: 1927.

FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1977. Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1978. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1991. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**: Resenha Histórica. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1938. Rio de Janeiro, 1939.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1941-1945. Rio de Janeiro, 1946.

INE (Instituto Nacional de Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1936. Rio de Janeiro, 1937.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1937. Rio de Janeiro, 1938.

*Recebido em agosto de 2012.
Aprovado em setembro de 2012.*